

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E APLICADAS
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE APOIO NA TOMADA DE
DECISÃO**

Por:

SANTANA SANTOS DE ARAÚJO MORAIS

Orientador:

CELSO LUIZ SOUZA DE OLIVEIRA

CAICÓ – RN

2016

SANTANA SANTOS DE ARAÚJO MORAIS

**A AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE APOIO NA TOMADA DE
DECISÃO**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Esp. Celso Luiz Souza de Oliveira.

CAICÓ – RN
2016

SANTANA SANTOS DE ARAÚJO MORAIS

**A AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE APOIO NA TOMADA DE
DECISÃO**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Celso Luiz Souza de Oliveira – UFRN/CERES
Orientador

Prof. Esp. Sócrates Dantas Lopes – UFRN/CERES
Examinador

Prof. Esp. Ricardo Alladim Monteiro – UFRN/CERES
Examinador

“Não deixe pra manhã o que pode ser feito hoje, pois amanhã pode ser muito tarde... procure, corra atrás! Insista! Tente mais uma vez! Só hoje é definitivo, o amanhã é incerto”.

Autor desconhecido

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força e saúde disponibilizada para a minha dedicação. E a minha família, minha mãe pela paciência e atenção, meu pai pela fé e força, ao meu irmão, ao meu marido pela paciência e a minha filha, meu presente enviado por Deus. E aos meus colegas pela paciência que tiveram comigo, pelo apoio e amizade, especialmente as minhas colegas Damiana e minha eterna “titia”, Andreane.

Agradeço também o meu orientador Celso, pelo seu esforço e dedicação na colaboração do desenvolvimento deste trabalho.

Transformo esse trabalho em uma forma de agradecimento a todos que depositaram em mim fé e confiança.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema: A auditoria interna como instrumento de apoio na tomada de decisão. Utilizando o método da pesquisa bibliográfica e a análise de conceitos de alguns autores, buscou-se verificar a utilização da auditoria interna no apoio a tomada de decisão. A coleta de informações foi realizada através de leitura de livros e interpretação das opiniões dos autores. Após essas informações serem analisadas e interpretadas foram verificadas algumas semelhanças e diferenças entre as opiniões dos autores, mas em parte eles entram em um consenso, o trabalho do auditor interno precisa ser confiável e realizado através de avaliações e verificações, pois só assim poderá auxiliar a administração no processo de tomada de decisão, de forma que facilite esse processo transformando a empresa em um exemplo de sucesso.

Palavras-chave: Auditoria interna. Decisão. Interpretação. Sucesso.

ABSTRACT

This work has as its theme: The internal audit as a support tool for decision making. Using the method of literature review and analysis of concepts of some authors, it sought to verify the use of internal audit in support of decision making. Data collection was conducted through reading books and interpretation of the views of the authors. After that information is analyzed and interpreted were found some similarities and differences between the opinions of the authors, but partly they come into a consensus, the work of the internal auditor needs to be reliable and performed by assessments and checks, because only then can help administration in the decision making process in order to facilitate this process transforming the company into a successful example.

Keywords: Internal audit. Decision. Interpretation. Success.

LISTA DE ABREVIATURAS

Audibra - Instituto dos Auditores Internos do Brasil

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CRC - Concelhos Regionais de Contabilidade

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

IASB - International Accounting Standards Board

Ibracon – Instituto Brasileiro de Contabilidade

IFAC – International Federation of Accountants

NBC PA - Normas Brasileiras de Contabilidade Profissional dos Auditores Independentes

NBC PG - Normas Brasileiras de Contabilidade Profissional Geral

NBC PI - Normas Brasileiras de Contabilidade Profissional Auditores Internos

NBC PP - Normas Brasileiras de Contabilidade Profissional dos Peritos

NBC TA - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica

NBC TG - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral

NBC TI - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Interna

NBC TO - são as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Asseguração de Informação Não Histórica

NBC TP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnico de Perícia

NBC TR - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Revisão de Informação Contábil Histórica

NBC TSC - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Serviços Correlatos

NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público

NBCP - Normas Brasileiras de Contabilidade Profissional

NBCT - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA DO TEMA	10
1.2	JUSTIFICATIVA	10
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA	11
1.3.1	Geral	11
1.3.2	Específicos	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	CONTABILIDADE	12
2.1.1	Origem e evolução	12
2.1.2	Conceito de contabilidade	12
2.1.3	Objetivos da contabilidade	13
2.1.4	Princípios da contabilidade e convenções	14
2.1.5	Normas brasileiras de contabilidade	19
2.2	OS PRINCIPAIS RAMOS DA CONTABILIDADE	20
2.2.1	Contabilidade pública	20
2.2.2	Contabilidade financeira	21
2.2.3	Contabilidade de custos	21
2.2.4	Contabilidade gerencial	22
2.2.5	Contabilidade tributária	23
2.3	AUDITORIA	24
2.3.1	Origem e evolução	24
2.3.2	Conceito	24
2.3.3	Etapas da auditoria	25
2.3.4	Principais órgãos relacionados com a auditoria	27
2.3.5	Auditoria interna x auditoria externa	29
2.4	AUDITORIA INTERNA	30
2.4.1	Conceito, etapas e requisitos	30
2.4.2	Auditor interno	31
3	METODOLOGIA	33
3.1	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA	33

3.2	O CONTEXTO DA PESQUISA: ESPAÇO E SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO	34
3.3	INSTRUMENTOS DE COLETA E SELEÇÃO DOS DADOS	34
3.4	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	34
4	RESULTADOS DA PESQUISA	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA DO TEMA

Antes as pessoas faziam sua própria contabilidade, mesmo que de forma indireta, quando apenas contavam seus bens. Mas, com as exigências advindas dos consumidores, clientes, empresas e principalmente do governo, isso tornou-se impossível, pois necessitamos de algo elaborado de forma correta, coerente e precisa, com isso, surgiram os contadores modernos e atualizados, munidos de conhecimento para fazer de informações simples, algo indispensável.

Juntamente com o uso da contabilidade surgiram as necessidades de análise dos dados contábeis, pois nem mesmo a contabilidade consegue ser integralmente correta, seja por motivos de engano ou mesmo de fraudes, com o aparecimento dessas dificuldades nasceu uma nova função advinda da contabilidade, a auditoria.

Com o passar do tempo a auditoria se transformou em motivo de confiança aos olhos do mundo, assim muitas empresas contratam auditores para que trabalhem na empresa como funcionário, ou seja, um auditor interno. Através deste trabalho pretende-se demonstrar como a auditoria interna auxilia no processo de tomada de decisão.

1.2 JUSTIFICATIVA

A escolha deste assunto deve-se a visão que as pessoas têm do auditor como um todo. Pensam que ele apenas detecta erros e essa não é a única função do auditor, também tem-se a curiosidade acerca do assunto.

A auditoria interna também cumpre um papel muito importante na empresa, de maneira a subsidiar a administração com dados e informações qualitativas. A auditoria interna é uma das mais importantes ferramentas para o controle administrativo. A ausência de controles adequados para empresas a expõe a inúmeros riscos, frequentes erros e desperdícios. A necessidade das empresas investirem em desenvolvimento tecnológico, aprimorarem seus controles, reduzirem custos, tornando mais competitivo os seus produtos, faz com que necessitem de um grande volume de recursos. Esse problema surge com a expansão das

organizações no mercado e o desconhecimento de seus administradores da necessidade de auxílio da auditoria interna para obtenção de informações corretas.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Geral

Verificar a utilização da auditoria interna como instrumento de apoio na tomada de decisão.

1.3.2 Específicos

- Enumerar os ramos da contabilidade;
- Conceituar a auditoria interna, identificando suas peculiaridades;
- Pesquisar a forma como a auditoria interna é utilizada no auxílio ao processo de tomada de decisão;
- Identificar as semelhanças e diferenças entre opiniões de alguns autores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse trabalho foi desenvolvido com base nos pressupostos teóricos que discutem sobre a contabilidade, seus princípios e a auditoria interna no apoio à tomada de decisão.

2.1 CONTABILIDADE

2.1.1 Origem e evolução

Sua origem deu-se antes de Cristo, pois já era possível identificar o uso da contabilidade, na simples forma dos homens primitivos contarem seus rebanhos. Claro que essa contabilidade era bem rústica se comparada a contabilidade atual.

De acordo com Iudícibus (2009) com o passar do tempo surgiram as necessidades e preocupações acerca de suas propriedades, assim tiveram que aprimorar a forma de avaliação, contagem, arquivamento de documentos e informações, fazendo com que surgisse uma nova contabilidade, mais útil. Porém, mesmo com o surgimento dessas necessidades, a contabilidade ainda era vista como “cálculo”. Era utilizada somente para contabilização de bens e valores.

Atualmente ela se encontra em estado de multifuncionalidade, pois está sendo usada como instrumento administrativo e gerencial, além de suas funções básicas de contabilização, registro e arquivamento das informações contábeis das empresas, sendo elas com fins lucrativos ou não.

2.1.2 Conceito de contabilidade

A contabilidade é inicialmente a coleta, registro e interpretação dos dados e fatos contábeis que ocorrem em uma empresa, seguindo os princípios contábeis, ela pode e deve ser utilizada tanto internamente como externamente, pois hoje as empresas não são mais formadas somente por entes familiares, como ocorria antigamente, hoje é preciso que as informações sejam repassadas de forma clara, para uma fácil compreensão por parte dos sócios e/ou acionistas. Assim como destaca Santos (2011, p.01):

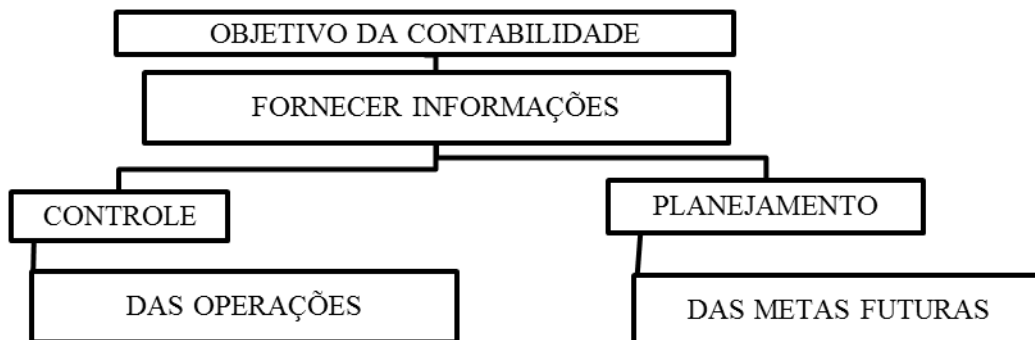
A contabilidade é um sistema de contas composto por normas, regras e princípios para a acumulação, geração e análise de dados para atender a necessidade interna e externa de uma empresa. Na interna a própria administração do negócio e, na parte externa, as necessidades de acionistas, investidores, emprestadores de dinheiro, tributação do lucro pelo Estado etc.

A administração e os acionistas da empresa são os mais interessados em compreender as informações contábeis para que possa ser utilizada como ferramenta de apoio.

2.1.3 Objetivos da contabilidade

“O objetivo final da contabilidade é o de fornecer informações aos seus usuários para a tomada de decisões nos processos de controle e planejamento da entidade” (MONTOTO, 2014, p.42). A seguir a figura 01 demonstrando o objetivo da contabilidade:

Figura 1 - O objetivo da contabilidade



Fonte: Montoto (2014, p. 42).

A parte administrativa e os acionistas da empresa são os mais interessados em compreender as informações contábeis, para que possa ser utilizada como ferramenta de apoio. A contabilidade tem como objetivo auxiliar no controle e planejamento da empresa, fornecendo informações necessárias e indispensáveis, servindo e podendo ser utilizada no processo decisório da empresa. Trabalhando junto à administração para que seus objetivos realizados e suas metas sejam alcançados. Montoto (2014, p.42) diz que: “O objetivo final da contabilidade é o de fornecer informações aos seus usuários para tomada de decisão nos processos de controle e planejamento da entidade”.

Na parte do controle, pode-se dizer que é utilizada para verificação da execução das metas traçadas pela administração da empresa, auxilia na comunicação dos gestores com os funcionários que executam os trabalhos, pois sem comunicação não se atinge as metas, já a motivação para os trabalhadores é de suma importância, porque sem motivação as tarefas não serão executadas de forma a contribuir com a empresa, e finalmente, na verificação periódica desses serviços para que seja feita uma avaliação, assim diminuirá as chances de erros ou de uma má execução dos mesmos, através desta avaliação pode-se identificar também a necessidade de treinamentos, otimização do tempo e especializações, influenciando positivamente no desenvolvimento do negócio. Como traz o conceito de controle da Equipe de professores da FEA/USP (2010, p.05):

Controle pode ser conceituado como um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos danos de capital e pela própria alta administração [...].

No que diz respeito ao planejamento, é utilizado na parte inicial, ou seja, na formação das metas, pois elas são o suporte da empresa, os objetivos são o caminho para o alcance das metas, definição das funções e até mesmo a seleção de seus funcionários é de indispensável utilidade, porque são eles que executam, que colocam em prática todos os planejamentos da administração da empresa. “Planejamento é o processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro” (EQUIPE DE PROFESSORES da FEA/USP, 2010, p.05).

2.1.4 Princípios da contabilidade e convenções

Os princípios são a base da contabilidade, pois são eles que mostram qual caminho deve ser percorrido. Eles não são importantes somente para a contabilidade, toda profissão tem seus princípios a seguir, cada um com suas particularidades voltadas para a área que abrange sua profissão. Como está descrito na redação dada pela Resolução CFC n.1.282/2010:

Art.2º Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas a Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, a Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades (Redação dada pela resolução CFC n.1.282/2010).

A partir da resolução CFC n.1.282/2010 que alterou a Resolução CFC 750/93 passaram a ser apenas seis princípios, pois o princípio da atualização monetária foi revogado, ficando assim os princípios: da entidade; da continuidade; da oportunidade; do valor original; da competência e o da prudência, de acordo com o CFC:

A resolução CFC n.750/93 trata dos princípios fundamentais da Contabilidade. Foi alterada e atualizada, em 2 de junho de 2010 pela Resolução n.1.282/2010, passando a designar os princípios atuais como *princípios da contabilidade*.

Antes desta resolução os princípios eram chamados de princípios fundamentais da contabilidade, mas, a partir desta atualização passaram a ser descritos apenas como princípios da contabilidade. Eles não são simplesmente fundamentais, mas, obrigatórios, pois seu descumprimento é tratado como irregularidade.

Princípio da Entidade

O princípio da entidade trata sobre a distinção entre pessoa física e pessoa jurídica, pois os dois são distintos frente à empresa. Não se pode confundir os bens e obrigações da empresa com os do empresário, sendo assim a empresa é financeiramente independente. Como descreve a resolução nº 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade:

O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunda com aquele dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O patrimônio é reconhecido como objeto da contabilidade, autônomo em relação aos demais, tanto pessoais como outras entidades.

Princípio da Continuidade

Pressupõe que a entidade continua em operação no futuro. Condições que ponham esse futuro em risco devem ser consideradas. O princípio tal como está editado na resolução CFC nº 1.282/10, tem a seguinte redação: “Art.5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância”.

Portanto, entende-se como continuidade tudo aquilo que não será interrompido, como por exemplo, os lucros ou desenvolvimento da empresa, a não ser que a mesma tenha prazo pré-determinado, pois toda empresa ou quase todas nascem com o intuito de ser bem sucedida, ao ponto de não ter fim. Como descreve o conceito de Sá (2007, p.79): “Tal princípio baseia-se na premissa de que as demonstrações contábeis devem identificar o estado especial pelo qual a empresa passa e, não o fazendo, é de supor-se a atividade continua normalmente e não tem intenções de paralisar”.

Princípio da Oportunidade

Este princípio trata do tempo da contabilização, não se pode deixar de contabilizar nada no seu respectivo período, não se deve registrar algo que foi realizado anteriormente no período seguinte. Por exemplo, sabe da existência da conta de água, mas sua entrega atrasou e dá pra esperar, pois precisa fechar suas contas, faz-se uma média dos últimos meses e contabiliza, posteriormente faz a atualização, correção do mesmo. Tudo deve ser registrado no tempo e período de ocorrência, este princípio traz consigo a denominação do “Regime de Competência”, pois o que torna uma despesa ou receita de certo período é o fato gerador, como descreve Sá (2007, p.97): “Registrar logo e registrar tudo é a preocupação”, podendo ser complementado pela redação dada pela Resolução CFC n.1.282/10:

Art.6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Qualquer fato contábil deve ser registrado com o valor correto e no momento em que ocorre, sem nenhum tipo de manipulação.

Competência

Receitas devem ser consideradas quando ganhas, e não recebidas. Já as despesas incorridas e não as pagas. Redação retirada da Resolução CFC n.1.282/10:

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos da transação e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

Esse Princípio traz consigo a importância do registro dos fatos no período em que ocorreu, não quando for efetivada a entrada ou saída de dinheiro do caixa, pois sua relação não é com o recebimento ou pagamento e sim com o reconhecimento do fato contábil.

Prudência

O princípio da prudência consiste em sempre escolher o resultado menor para o ativo e o maior para o passivo, pois assim se ocorrer o contrário do previsto será tratado como lucro, e se fosse feito de forma contrária na maioria das vezes o que ocorreria sempre seria o prejuízo, pois quando se trata de despesas devemos atribuir o maior valor possível.

Art.10º O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de preocupação no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais (RESOLUÇÃO CFC N.1.282/10).

Se houver dúvidas no valor de direitos a receber, o contador sempre deve considerar o menor, e no caso de dúvidas no valor de obrigações (dívidas) considerar o valor maior.

Mas não podemos deixar de citar as convenções que delimitam ou modificam os princípios, conceituando de forma mais clara, como destaca a Equipe de professores da FEA/USP (2010, p.292): “Dentro da ampla margem de liberdade que os princípios permitem ao contador, no registro das operações, as convenções vêm restringir ou limitar ou mesmo modificar parcialmente o conteúdo dos princípios, definindo mais precisamente seu significado”. Como também destaca Coutinho (2008, p.30):

[...] julgamos interessante apresentar as convenções contábeis que representam restrições às aplicações dos princípios contábeis, no sentido de delimitar-lhes conceitos, atribuições e direções a seguir e de sedimentar toda a experiência e o bom senso da profissão no trato de problemas contábeis.

Convenção da consistência (uniformidade)

Quando a empresa adota uma forma, um método, por exemplo, de avaliação de seus estoques (PEPS, UEPS, Custo Médio) não se pode mudar a período, pois atrapalha na hora em que for necessária a comparação entre períodos anteriores. Como diz a Equipe de professores da FEA/USP (2010, p.292):

Assim, a convenção da consistência diz-nos que, uma vez adotado determinado processo, entre os vários possíveis que podem atender a um mesmo princípio geral, ele não deverá ser mudado com demasiada frequência, pois assim estaria prejudicada a comparabilidade dos relatórios contábeis.

Convenção da materialidade (relevância)

Mesmo que um fato ocorrido se trate de algo irrelevante, deve-se contabilizar, pois diferenças de R\$ 1,00 no balancete pode sim ser constatação de um erro, que está ocorrendo devido a não contabilização de algo pequeno.

Por exemplo, se todo mês descobrirmos uma diferença de cerca de \$1 no Balancete de Verificação do Razão, o fato em si por ser imaterial, mas, pela repetição, poder ser relevante no sentido de apontar eventuais problemas no sistema contábil. O fato de a diferença ter sido pequena pode dever-se ao acaso (EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP, 2010, p.294).

Convenção da objetividade

Essa convenção trata das escolhas que devem ser tomadas pelo contador, se ele tem uma opção prática e outra descritiva, porém confiável, deve-se escolher a prática, pois se tenho o extrato de uma conta e um relatório assinado pelo bancário, o escolhido será o extrato por ser objetivo e conter as informações necessárias. Assim trata a Equipe de professores da FEA/USP (2010, p.294), “[...] Entre um critério subjetivo de valor, mesmo ponderável, e outro objetivo, o contador deverá optar pela hipótese mais objetiva [...]”.

2.1.5 Normas brasileiras de contabilidade

Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade está regulamentada na Resolução CFC nº. 1.328/11. As Normas Brasileiras de Contabilidade se classificam em profissionais e técnicas e estabelecem regras de exercício profissional e classificam-se em:

I – NBC PG (Geral) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas indistintamente a todos os profissionais de Contabilidade;

II– NBC PA (do Auditor Independente) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas, especificamente, aos contadores que atuam como auditores independentes;

III –NBC PI (do Auditor Interno) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos;

IV –NBC PP (do Perito) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como peritos contábeis.

As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade e classificam-se em:

I –NBC TG (Geral) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

II –NBC TSP (do Setor Público) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para

o Setor Público, emitidas pela International Federation of Accountants (IFAC); e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais;

III –NBC TA (de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente emitidas pela IFAC;

IV –NBC TR (de Revisão de Informação Contábil Histórica) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Revisão convergentes com as Normas Internacionais de Revisão emitidas pela IFAC;

V – NBC TO (de Asseguração de Informação Não Histórica) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Asseguração convergentes com as Normas Internacionais de Asseguração emitidas pela IFAC;

VI –NBC TSC (de Serviço Correlato) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas aos Serviços Correlatos convergentes com as Normas Internacionais para Serviços Correlatos emitidas pela IFAC;

VII– NBC TI (de Auditoria Interna) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Auditoria Interna;

VIII –NBC TP (de Perícia) – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Perícia;

2.2 OS PRINCIPAIS RAMOS DA CONTABILIDADE

A contabilidade é um caminho de múltiplas escolhas, ou seja, muitas opções de caminhos a seguir, vamos citar as principais, pois o assunto principal deste trabalhos não são os ramos da contabilidade, então citaremos apenas os mais conhecidos, que são: Contabilidade pública, Contabilidade financeira, Contabilidade de custos, Contabilidade gerencial, Contabilidade tributária e Auditoria.

2.2.1 Contabilidade pública

A contabilidade pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as

situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, através de metodologia especialmente concebida para tal, que se utiliza de contas escrituradas segundo normas específicas que constituem o Sistema Contábil Público.

A contabilidade Pública é o conhecimento especializado da ciência contábil que aplica no processo gerador de informações os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão patrimonial de uma entidade governamental, de sorte a oferecer à sociedade informações amplas e acessíveis sobre a gestão da coisa pública (LIMA, 2007, p.01 e 02).

A contabilidade pública segue o mesmo conceito da contabilidade geral só que no decorrer do caminho por motivos de regras e exigências fiscais tem sua essência modificada para que sua utilização seja eficiente e direcionada exclusivamente para os entes públicos.

2.2.2 Contabilidade financeira

Como Coutinho (2008, p.20) destaca: “É a contabilidade geral, necessária a todas as empresas. Fornece informações básicas aos seus usuários e é obrigatória para fins fiscais. De acordo com a área ou atividade em que é aplicada, [...]”.

É indispensável e de inteira importância para a empresa, pois lida diretamente com as finanças, ou seja, o coração da mesma. Quem trabalha diretamente com a parte financeira da entidade sabe que todo cuidado é pouco, pois tudo que é relacionado a “dinheiro” deve ser planejado minuciosamente para que não ocorram erros. Com um bom planejamento haverá poucas chances de deslizes.

2.2.3 Contabilidade de custos

Assim como destaca Leone (2000, p.09), “a contabilidade de custos forma uma parcela ponderável da moderna contabilidade administrativa, gerencial ou analítica”.

A Contabilidade de Custos funciona de duas formas relevantes: o auxílio ao Controle e a ajuda às tomadas de decisões. Para o Controle, sua mais importante função é fornecer informações para a fixação de padrões, orçamentos, e em seguida ver efetivamente o acontecido para checagem com os valores anteriormente definidos. No que diz respeito à

decisão, seu papel é de suma importância, pois incide na comunicação de informações sobre valores importantes que dizem respeito às decorrências de curto e longo prazo sobre formas de ingresso ou corte de produtos, formação de preços de venda, alternativas de compra ou fabricação etc.

Depois essas informações serão de grande utilidade para a administração, tanto da parte pessoal quanto da parte financeira da empresa, como também na organização da produção ou de estoques, dependendo do ramo em que ela atue.

Segundo Santos (2006, p.11):

A contabilidade de custos, cuja função inicial era a de fornecer elementos para avaliação dos estoques e apuração do resultado passou, nas últimas décadas, a prestar duas funções muito importantes na contabilidade gerencial: a utilização dos dados de custos para AUXÍLIO AO CONTROLE E PARA TOMADA DE DECISÕES.

Como diz Santos (2011, p.13), “a contabilidade de custos está inserida em uma área da contabilidade, denominada “contabilidade gerencial”, ou ainda, “contabilidade administrativa”. A contabilidade de custos tem um leque de funções a ser explorada pela empresa, pois ela pode auxiliar desde a avaliação dos estoques até dar assistência à gerência.

2.2.4 Contabilidade gerencial

O contador gerencial deve ter uma formação ampla, pois deve ter conhecimento sobre métodos quantitativos, assim terá capacidade de traduzir informações contábeis numéricas em informações relevantes para apoio a tomada de decisão, auxiliando a administração a traçar estratégias e fazer planejamentos das atividades.

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocado numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes da entidade em seu processo decisório (IUDÍCIBUS, 1987, p.5).

A contabilidade gerencial utiliza os registros contábeis de forma eficiente, transformando-os em uma ferramenta da gestão empresarial e instrumento da administração.

O contador que possui essa função, deve auxiliar da melhor forma na gestão dos negócios, deve estar pronto para exercer atividades como: implantar e supervisionar o plano contábil da companhia; preparar e interpretar relatórios financeiros; reunir despesas com distribuição ;preparar e interpretar estatísticas e relatórios para tomada de decisão; preparar todo o orçamento da companhia; fixar normas padrão relativas à contabilidade e aos processos e sistemas de trabalho da companhia; aplicar todas as decisões financeiras tomadas pela direção, uma vez de acordo com as normas vigentes; aprovar pagamentos, assinatura de cheques, notas promissórias, etc..; preparar e aprovar regulamentos internos que visem ao cumprimento dos regulamentos governamentais;

Com abrangência em todas as áreas da empresa, a Contabilidade Gerencial é a base de uma administração segura, onde a sua utilização se mostra necessária para todos os portes de empresas, tais como as micros, pequenas, médias e grandes empresas. A sua utilização traz o sucesso das organizações e reduz significativamente o risco de falência; ela é o termômetro que mede e trata a saúde geral de uma organização, servindo como ferramentas que apontam para os gestores a direção, estratégia, ação e planejamentos corretos a seguir.

2.2.5 Contabilidade tributária

Seja qual for o tamanho ou área de atuação da empresa, todas tem algo em comum: a obrigação de saber qual a modalidade de tributação em que se enquadra, já que essa informação é de extrema necessidade, pois sem ela não é feito o balanço financeiro e também não saberá o quanto pagará de impostos. Essa informação é adquirida através da contabilidade tributária, para que uma empresa tenha sua “vida” saudável e duradoura ela precisa da atuação deste profissional para que conheça sobre tributos, dando apoio às decisões na hora de pagar os impostos e ficar por dentro da legislação.

Segundo Oliveira (2011) a contabilidade tributária trabalha na parte administrativa, pois cuida da administração dos tributos, ela se estende a ações e processos que apuram e harmoniza a geração de tributos, através de uma análise de profissionais de contabilidade tributária. Qualquer erro cometido por esse profissional pode custar muito caro para a empresa.

Diante da concorrência no mercado, atualmente o não conhecimento do regime fiscal da empresa pode levá-la ao fechamento, como já ocorre e ocorreram várias vezes em

empresas. Esse conhecimento pode ser visto como algo favorável, quando se fala nos concorrentes. O melhor caminho a seguir é fazer um bom planejamento tributário ao lado de um profissional qualificado, sabendo que um mínimo deslize pode causar vários efeitos negativos na empresa, como por exemplo, problemas com o fisco.

2.3 AUDITORIA

A auditoria é a garantia, certeza da veracidade dos dados contábeis e é uma forma de se ter confiança em tudo que foi registrado, contabilmente está correto e dentro dos padrões contábeis. É a verificação da exatidão contábil de um ente ou empresa.

Atualmente não se pode, muitas vezes, confiar cegamente na contabilidade das empresas, pois nem sempre os princípios e regras que regem a contabilidade são seguidos de forma precisa, às vezes por erros humanos e às vezes por erros devido ao desvio de caráter, muitas vezes são constatados desvio, roubos e desfalques através dos “escorregos” que a contabilidade, por ser tão completa e complexa não enxergamos a olho nu, por isso a necessidade de uma verificação, uma análise mais profunda exercida por um profissional tão completo e preparado para tal função, para que erros não se tornem presentes na contabilidade, nem tão pouco ocultos aos donos ou até mesmo aos sócios ou acionistas da empresa ou entidade governamental.

2.3.1 Origem e evolução

A auditoria, assim como a contabilidade, surgiu devido a necessidade do controle sobre os bens e valores. Como na contabilidade antiga, era tudo mais simples e de fácil entendimento, não existia essa necessidade, mas como tudo avançou, a auditoria surgiu talvez pela complexidade da contabilidade e de sua forma completa e de muitas vezes ser de difícil compreensão, a contabilidade se tornou uma porta de acesso restrito, porém muito vulnerável.

2.3.2 Conceito

A auditoria é uma forma de avaliar e transformar as informações contábeis em algo confiável, correto e garantir que os mesmos estão dentro dos padrões, regras e princípios contábeis. O auditor verifica independente de ele ser interno ou externo na empresa

Segundo Lins (2011, p.03):

De maneira geral e simplificada, auditoria, seja de qual tipo for, interna ou externa, significa conferência, verificação, análise e avaliação e, acima de tudo, comunicação dos resultados dentro de um determinado objetivo ao qual a auditoria se propõe. A palavra *auditoria* tem como origem o latim *audire*, cujo significado é ouvir. Os ingleses adotaram e ampliaram o conceito para *auditing* com um sentido mais voltado para revisão, verificação.

Toda auditoria após seu término apresenta os resultados obtidos ao longo da avaliação, esses resultados são transmitidos da forma mais simples para que os usuários das informações compreendam tudo de forma rápida.

2.3.3 Etapas da auditoria

PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

O planejamento da auditoria, além de estar presente nas normas, também tem como função auxiliar o auditor, definindo as estratégias para o desenvolvimento da auditoria, por exemplo, determinar as áreas para maior atenção, identificar e resolver problemas em pouco tempo. Para esse planejamento ser elaborado deve-se ter conhecimento das atividades da empresa, fatores econômicos, legislação aplicável, práticas operacionais da entidade, competência da administração, práticas contábeis adotadas, sistema contábil, controle interno, volume e complexidade das transações, associados, filiais, outras auditorias, natureza, conteúdo e oportunidade dos pareceres e relatórios, exigências e prazos estabelecidos por órgãos reguladores, essas são as condições descritas por Crepaldi (2013), para que esse planejamento possa ser elaborado.

Segundo Crepaldi (2013), o planejamento é composto por: cronograma, procedimentos de auditoria, relevância e planejamento, riscos de auditoria, pessoal designado, épocas oportunas do trabalho, supervisão e revisão, indagação à administração para concluir o planejamento, revisões e atualizações no planejamento e nos programas de auditoria.

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos podem ser exemplificados como toda a análise feita nas demonstrações e em todos os documentos e dados necessários para a investigação, os testes realizados, a própria coleta dos dados e a verificação dos saldos, para que se tenha certeza da veracidade ou não.

Os principais procedimentos destacados por Crepaldi (2013) são os seguintes:

Providências para a reunião com a gerência da empresa - as providências a serem tomadas são: ler as atas de reunião e os relatórios da auditoria interna do período, visitar a fábrica e os principais departamentos da empresa, estar atualizado ou se atualizar de acordo com as legislações fiscais e normas de contabilidade e auditoria, ler o parecer e o relatório do exercício anterior.

Reunião com a gerência da empresa - nesta reunião deve ser discutido os pontos levantados após as providências terem sido tomadas e exercidas e saber se a empresa pretende modificar a natureza do negócio, a política financeira ou as práticas contábeis, por exemplo.

Informações a serem obtidas da empresa - será preparada uma carta de pedido de informações endereçada à empresa, contendo as informações necessárias para que o serviço da auditoria seja executado, essa carta auxilia no planejamento adequado e no período de realização dos serviços.

Planejamento de horas - deverá ser estabelecido uma distribuição de horas para as visitas iniciais e final, levando por base que são as horas o alicerce do valor do preço da auditoria, as experiências dos primeiros levantamentos e claro, do próprio conhecimento do auditor.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

O relatório é o documento que descreve a opinião do auditor sobre a auditoria, como destaca Almeida (2012, p.433), “o relatório do auditor independente, anteriormente denominado de parecer, representa o produto final do auditor”.

Quando se trata da elaboração do relatório, o auditor tem que seguir alguns caminhos, como por exemplo: Identificar a entidade e as demonstrações auditadas; descrever a responsabilidade da administração com relação às demonstrações; mostrar a responsabilidade

dos auditores sobre as demonstrações; descrever a opinião dos auditores sobre as demonstrações.

Esse relatório pode ser emitido de algumas formas, como destaca Almeida (2012):

Relatório sem ressalva: quando a opinião do auditor sobre a auditoria é positiva, de forma a mostrar que está tudo correto e dentro dos padrões, quando está tudo limpo;

Relatório com ressalva: evidencia que tem sim algo, mas de pouca importância e que não trará problemas, ou quando não adquiriu evidências suficientes para embasar sua opinião;

Relatório com opinião adversa: mostra que existe algo errado e poderá acarretar em algum problema e esse erro será mostrado na elaboração do relatório do auditor, ou seja, estará descrito junto a sua opinião;

Relatório com abstenção de opinião: nesse tipo de relatório não é emitida opinião do auditor, por ele não ter encontrado fundamentos, provas suficientes para comprovar sua ideia;

Relatório com parágrafo de ênfase: ponto fundamental para entendimento por parte dos usuários;

Relatório com parágrafo de outros assuntos: parte bastante relevante para que os usuários entendam a auditoria e a responsabilidade do auditor ou também sobre o relatório da auditoria.

O relatório emitido pelo auditor é a confirmação da execução do trabalho, é a conclusão de tudo que foi analisado no decorrer da auditoria.

2.3.4 Principais órgãos relacionados com a auditoria

Os principais órgãos são: CVM, Ibracon, CFC e CRC, Audibra e CPC:

CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

Segundo Almeida (2012, p.07), “a comissão de valores mobiliários (CVM), criada pela Lei nº 6.385/76, é uma entidade autárquica e vinculada ao Ministério da Fazenda. Ela funciona como um órgão fiscalizador do mercado de capitais no Brasil [...]”.

A CVM zela pelo funcionamento eficiente, pela integridade e pela ampliação do mercado de capitais, originando o equilíbrio entre a ação dos agentes e a eficaz proteção dos investimentos.

IBRACON

Assim como destaca Almeida (2012, p.10), “o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil surgiu com o objetivo de concentrar em um único órgão a representatividade dos profissionais auditores, contadores com atuação em todas as áreas e estudantes de Ciências Contábeis”.

CFC e CRC

O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CFC e CRC) foram criados pelo Decreto-lei nº 9.295, de 27-5-1946. Esses conselhos representam entidades de classe dos contadores, ou seja, é o local onde o aluno, após concluir o curso de Ciências Contábeis na universidade, registra-se na categoria de contador (ALMEIDA, 2012, p.10).

A finalidade principal e função desses conselhos é o registro e a fiscalização do exercício da profissão de contabilista.

AUDIBRA

Segundo Almeida (2012, p.11):

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra), fundado em 20-11-1960, é uma sociedade civil de direito privado e não tem fins lucrativos. O principal objetivo do Audibra é promover o desenvolvimento da auditoria interna, mediante o intercâmbio de ideias, reuniões, conferências, intercâmbio entre instituições, congressos, publicações de livros e revistas e divulgação da importância da auditoria interna junto a terceiros.

Tem como objetivo fortalecer a profissão de auditoria interna no país, oferecendo conhecimento e novas técnicas que agreguem valor à carreira dos seus associados, atualizando e certificando esses profissionais.

CPC

Segundo Almeida (2012), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis surgiu com a necessidade da convergência internacional das normas contábeis e da representação e processo democrático na elaboração dessas informações.

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo “o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais” (ALMEIDA, 2012, p.11).

2.3.5 Auditoria interna x auditoria externa

A auditoria interna está ligada diretamente à administração da empresa, pois auxilia fornecendo análises, relatórios, comentários de suma importância para o cumprimento dos objetivos da entidade, além disso, apesar de ser funcionário da empresa o auditor interno deve ter acesso livre às informações da empresa, que são necessárias para a execução de uma avaliação eficaz.

Crepaldi (2013, p.67) destaca que:

[...] a auditoria interna como um controle gerencial, que funciona medindo e avaliando a eficiência dos outros controles existentes, permite fornecer assistência e aconselhamento a todos os níveis da empresa, o que é praticado por intermédio de programas de treinamento.

A auditoria externa é o processo de certificação da adequação das demonstrações financeiras, emitindo um parecer sobre a adequação com os princípios e normas brasileiras de contabilidade, essa auditoria é realizada por um auditor independente, sem nenhuma ligação com a empresa auditada, a auditoria externa traz consigo um significado de veracidade, credibilidade e ainda responsabilidade, pois seus trabalhos são públicos e não internos a empresas. No quadro a seguir será demonstrado as diferenças entre a auditoria interna e a auditoria externa:

Quadro 1 - Diferenças entre auditoria interna e externa.

AUDITORIA INTERNA X AUDITORIA EXTERNA	
Funcionário da empresa	Não possui vínculo

Depende da empresa	Independente
Emite opiniões	Emite relatório
O trabalho é contínuo	O trabalho é periódico
Tem responsabilidade trabalhista	A responsabilidade é profissional, civil e criminal

Fonte: autoria própria, baseado em Crepaldi, 2013.

2.4 AUDITORIA INTERNA

2.4.1 Conceito, etapas e requisitos

A auditoria interna é um instrumento de apoio à administração da empresa, fornece informações como: o enquadramento da empresa nos padrões impostos pelo princípios, regras e normas de contabilidade e objetividade da estrutura da empresa com relação à estrutura dos funcionários e funções, por exemplo. Segundo Crepaldi (2013, p.65), a auditoria interna “constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo a integridade, adequação e eficácia dos controle internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

Ribeiro também traz um conceito de fácil compreensão, dizendo que “a auditoria interna é a atividade de avaliação estabelecida ou fornecida como um serviço para a entidade. Suas funções incluem, dentre outras: exame, avaliação e monitoramento da adequação e efetividade do controle interno”.

Segundo Crepaldi (2013, p.67), “a principal finalidade do trabalho de auditoria interna é avaliar a qualidade e aderência às normas da empresa no que se refere aos procedimentos operacionais e controles internos exercidos pela empresa [...]”. O auditor interno tem a função de estudar, avaliar e mostrar sua opinião a cerca de mudanças ou não.

Como Ribeiro (2013) destaca, a auditoria interna é separada em quatro etapas:

- Planejamento: define o caminho e o desenvolvimento para o trabalho da auditoria;
- Execução: consiste no desenrolar do trabalho realizado na empresa;
- Relatórios: são os resultados obtidos após a execução do trabalho desenvolvido pelo auditor;

- Follow-up: é a execução das ações expressas nos relatórios para alteração ou correção de algo, que foi julgado como necessário ou obrigatório.

Ainda seguindo as ideias, opiniões e conceitos de Ribeiro (2013), todo o trabalho dos auditores internos deve seguir alguns requisitos para que se adeque aos objetivos da auditoria, como:

- Objetividade: o auditor deve ser objetivo na apresentação dos seus relatórios, opiniões, mas com cuidado para não ser autoritário e sempre agir dentro das regras que a função exige;
- Competência técnica: deve ser feita a verificação da participação do auditor em órgão profissionais e se ele tem competência e treinamento adequado para exercer a função;
- Zelo profissional: tem que observar se seu trabalho como um todo é realizado dentro dos padrões;
- Comunicação: os auditores internos devem ter ligação com auditores independentes para que seu trabalho fique mais preciso e eficaz.

2.4.2 Auditor interno

O auditor interno antes de mais nada precisa estar preparado e atualizado, quando o assunto são cursos, treinamentos, normas e regras, para que o desenvolver de seu trabalho seja eficaz e de inteira confiança. Para que o mesmo esteja bem embasado, precisa antes de mais nada conhecer a empresa como um todo, para depois fazer suas avaliações, relatórios, opiniões e possíveis recomendações para os administradores da empresa. Eles só acatarão suas opiniões se seus relatórios estiverem bem elaborados, ou seja, precisa ser feito com base em provas concretas e relevantes.

O auditor interno interessa-se por qualquer fase da atividade do negócio em que possa ser útil à administração. Isto pressupõe sua incursão em campos além dos de contabilidade e finanças, a fim de obter uma visão completa das operações submetidas a exame. Testa a qualidade dos trabalhos, revisa, recomenda; enfim, assiste a administração e lhe fornece informações periódicas (CREPALDI, 2013, p.65).

O trabalho do auditor interno não está ligado somente à contabilidade, mas também a parte financeira, gerencial, administrativa e também ao trabalho dos funcionários, pois ele observa, avalia, analisa seus serviços e relata possíveis distorções fazendo recomendações à administração.

Um dos principais objetivos do auditor interno é examinar a integridade, adequação e a eficiência dos controles internos. Para o fornecimento de evidências às conclusões e recomendações da auditoria interna, as informações devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis (CREPALDI, 2013, p.67).

3 METODOLOGIA

3.1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

A pesquisa é realizada com o intuito de se encontrar e desenvolver novos conceitos para assuntos específicos e também é desenvolvida com a opção de adquirirmos novos conhecimentos acerca de assuntos específicos, trazendo à tona problemas e dúvidas, podendo assim, solucionarmos ou encontrarmos possíveis soluções para o caso, ou ainda, a pesquisa pode ter o propósito apenas de adquirir conhecimento, sem que seja necessário a presença de soluções de problemas. Mesmo já existindo trabalhos sobre o assunto se mostra necessárias novas opiniões, pois nada melhor do que ideias de mais de um autor. Assim a formação de opiniões será mais fácil e objetiva.

Pode-se definir como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostas. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informações suficientes para responder o problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2010, p.01).

A classificação quanto aos procedimentos utilizados pode ser definida como bibliográfica, pelo fato de ser necessária a pesquisa realizada em livros, artigos e trabalhos científicos. Gil (2010, p.29) diz que “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

Já o objetivo da pesquisa pode-se dizer que é descritivo, pois tem o fim de comparação entre opiniões. “Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 2010, p.27).

Do ponto de vista de sua natureza essa pesquisa é básica. Segundo Gil (2010), a pesquisa básica é direcionada a ampliação e aquisição de novos conhecimentos.

A abordagem da pesquisa pode ser ainda explicativa, que segundo Gil (2010, p.28), “as pesquisas explicativas têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos”, como qualitativa, que segundo Silva (2006, p.53), “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade”,

3.2 O CONTEXTO DA PESQUISA: ESPAÇO E SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa foi realizada através de livros, sites e todo material impresso ou digital necessário para a investigação e formação de conceitos e opiniões acerca do uso da auditoria interna no processo de tomada de decisão.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E SELEÇÃO DOS DADOS

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o presente trabalho teve como base para a seleção e coleta de dados todo material impresso ou que estejam situados em sites, para que o assunto se torne de fácil compreensão e entendimento. A pesquisa foi realizada de forma ampla, para que houvesse um aprofundamento acerca do assunto, assim o mesmo será mais completo, direto e objetivo.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As informações foram analisadas através dos conceitos dos autores, utilizando o método comparativo para que se chegasse a um consenso e formação de opiniões e conclusões sobre o referido tema, construindo uma pesquisa objetiva e direta.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Através deste estudo conclui-se que atualmente a auditoria se tornou indispensável às empresas, pois como descrito anteriormente, a auditoria verifica os elementos contábeis analisando a forma pela qual foram elaborados, para que seja constatado ou não o uso das regras e princípios estabelecidos, tanto pela contabilidade como também pela própria auditoria.

Essa constatação também é função do auditor interno, porém com algumas diferenças da auditoria externa, pois se trata de um funcionário da empresa, ou seja, ele também tem que seguir regras, só que um pouco diferentes. Sua função é a verificação desses dados e da estrutura da empresa como um todo, para que suas opiniões e observações estejam sempre bem munidas de provas e argumentos, auxiliando a administração de forma a tornar as decisões, organizações hierárquicas e seus planejamentos bem elaborados, tornando as chances de erros quase impossíveis, transformando a empresa em exemplo positivo e bem sucedido aos olhos dos consumidores e concorrentes.

Alguns autores descrevem a auditoria interna desde seu conceito até sua função e finalidade, esses resultados serão mostrados através do texto desses autores para que seja elaborada uma comparação entre os mesmos, para mostrar onde existe semelhança e onde tem diferenças, descrevendo como é a auditoria interna e como pode ser utilizada.

Ribeiro (2013) traz no seu conceito algumas palavras que descrevem tanto o objetivo como a própria função da auditoria interna, ele fala que seu trabalho deve ser objetivo, eficaz, eficiente, preciso e claro e também deve supervisionar a empresa como um todo e que seu trabalho seja feito de forma responsável, competente e imparcial, para que consiga a confiança da empresa.

Crepaldi (2013) assim como Ribeiro diz que seu trabalho deve ser eficaz e eficiente e que para adquirir confiança deve revisar, analisar, avaliar, verificar e fornecer informações precisas através de levantamentos e comprovações para auxiliar a administração.

Almeida (2012) traz no seu texto apenas o trabalho do auditor interno que é em sua opinião supervisionar a empresa, solucionar problemas, examinar e verificar informações, elaborar relatórios e executar o que for pedido pela administração da empresa.

Lins (2011) diz que sua função é avaliar, verificar e analisar as informações para identificar e prevenir possíveis problemas, planejar e sugerir soluções e apresentar aos membros da empresa de forma confiável e pontual.

Já Boynton (2002) traz apenas algumas funções do auditor interno que para ele são examinar, verificar e avaliar informações da empresa e monitorá-la como um todo.

Entre esses autores só existe consenso quando se fala em um trabalho que precisa de avaliação e verificação de dados para que seja realizado de forma confiável, algumas outras opiniões são bem particulares, porém se formos formando um profissional em cima das opiniões desses cinco autores pode-se chegar praticamente a perfeição.

O auxílio à administração pode surgir de várias formas, pois a auditoria interna tem como principal função, auxiliar de forma direta, podendo transformar dados contábeis em relatórios com opiniões e observações, para que os administradores possam avaliar a empresa de forma minuciosa. Esses relatórios podem ter como foco desde a parte financeira até a forma como os trabalhos e funções são exercidos. A análise desses relatórios influencia diretamente no processo de tomada de decisão, pois é através deles que se podem verificar erros como por exemplo, no momento de escolher formas de investimento ou mesmo aquisições desnecessárias, como também o bom ou mau desenvolvimento das funções ou mesmo erros contábeis, e ainda decisões tomadas por impulso e até mesmo de forma incorreta.

Através desses conceitos e opiniões sobre a auditoria interna podemos entender como ela pode auxiliar no processo de tomada de decisão da empresa, pois é através dessa avaliação que ele pode detectar falhas, prevenir erros, solucionar problemas, tudo isso de forma confiável, auxiliando a administração de forma precisa, mostrando por exemplo onde precisa de mais atenção, mais investimento, onde está situado o departamento que gera mais lucro ou qual está dando prejuízo, pode também ser feito uma avaliação de onde tem mais trabalho, onde está sobrando funcionários etc., mostrando à administração qual caminho deve ser seguido, facilitando na hora de tomar uma decisão, seja sobre investimentos, cortes, admissões e demissões dentro da entidade.

Os relatórios elaborados pelos auditores internos surgiram anteriormente apenas com a função de prevenir erros contábeis, mas tornaram-se rapidamente em um escudo que além de proteger a empresa, traz formas de como desenvolver-se de forma mais fácil, utilizando informações contidas no interior da mesma, que apenas uma pessoa com experiência,

formação e treinamento específicos pode perceber, mesmo que com apenas material contábil e observações físicas da empresa.

Assim é exercida a função da auditoria interna, uma conselheira com formação rígida, treinamentos específicos, ou seja, uma profissão com uma bagagem que a torna indispensável ao crescimento e desenvolvimento de qualquer entidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção do estudo executado acerca da auditoria interna no processo de tomada de decisão constitui-se de maneira relevante, apesar de não se tratar de um tema tão novo na área contábil e pouco conhecido na aplicação dos meios de gestão dentre as empresas.

No estudo sobre a utilização da auditoria interna no processo de tomada de decisão foram encontrados alguns obstáculos para que essa função seja vista como algo maior que uma simples avaliação dos dados contábeis, pois muitos ainda veem o auditor como um profissional que apenas procura erros, e não funciona dessa forma, a função do auditor interno vai além de uma avaliação, pois ele é mais que um simples funcionário, ele auxilia a administração de forma a transformar dados da contabilidade em relatórios úteis para o processo de tomada de decisão, fazendo comparações entre períodos para avaliar pontos positivos e negativos, formando novas visões da empresa, uma visão de alguém que olha um dado numérico como uma forma de reduzir a zero as chances de tomar decisões erradas e precipitadas.

Porém, mesmo não sendo ainda um modelo de gestão comum das empresas, tem sua importância diagnosticada em virtude de contribuir para um conhecimento global da empresa através das perspectivas a que se propõe, as quais mesmo estando segmentadas em administrativa, gerencial, processos internos, aprendizado e crescimento, se inter-relacionam para alavancar as operacionalizações e o sucesso delas oriundos.

O objetivo deste trabalho monográfico foi alcançado, tendo em vista que com base no que defende os conceitos da auditoria interna, estabeleceu-se conhecimentos para o bem estar daqueles que tenham vontade de adquirir conhecimento do assunto exposto. Dessa forma, as ideias explanadas para cada uma das perspectivas da auditoria interna a serem aplicadas pelas empresas, contribuindo para a sua estabilidade e sucesso no setor.

Outro fator considerável é que essas ações traçadas concedem ao empresário uma ferramenta de controle e planejamento que facilita a gestão do empreendimento, pois como já se sabe, o que vem sendo praticado e o que precisa ser adaptado tornam menos complexo o processo de tomada de decisão.

As peças metodológicas utilizadas supriram os anseios da pesquisa, já que foi possível o preparo de um embasamento teórico que fundamentou claramente o assunto escolhido, bem como permitiu um estudo que concedeu a possibilidade de expressar livremente os caminhos

que podem ser trilhados a fim de contribuir para uma melhor gestão por parte da administração.

Munida desses instrumentos originados com base nas definições da auditoria interna, o empresário tem em mãos uma estratégia que se soma aos benefícios já visualizados para que os seus negócios se expandam com eficiência, na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BOYNTON, William C. **Auditoria**. Tradução José Evaristo dos Santos. – São Paulo: Atlas 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em: 22 abril 2016.

COUTINHO, Átimo de Souza. – **Contabilidade financeira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FEA/USP, Equipe de Professores. - **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____, **Introdução a teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Diana Vaz de, Robson Gonçalves de Castro – **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa: atualizado pela leis 11.636/07 e 11.941/09 e normas do CPC: contém exercícios.** – São Paulo: Atlas, 2011.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral e análise de balanços esquematizado.** 3ed. Ver atual. – São Paulo: Saraiva, 2014.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/coordenadorias/camara_tecnica/normas_brasileiras_de_contabilidade/>. Acesso em: 22 abril 2016.

OLIVEIRA, Luíz Martins...[et al.]. – **Manual de contabilidade tributária.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RESOLUÇÃO CFC N.º 1.328/11. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/ser/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001328>. Acesso em: 26 abril 2016.

RIBEIRO, Osni Moura. **Auditoria fácil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SÁ, Antonio Lopes de. – **Princípios fundamentais de contabilidade.** 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Joel José. **Contabilidade e análise de custos: modelo contábil, métodos de depreciação, ABC-Custeio Baseado em Atividades, Análise atualizada de encargos sociais sobre salários, custo de tributos sobre compras e venda.** 6. ed. São Paulo: Atlas. 2011.

SANTOS, José Luiz dos, SCHIMIDT, Paulo, PINHEIRO, Paulo Roberto, NUNES, Marcelo Santos - **Fundamentos de contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, Roberto Fernandes dos; BIFI, Claudio Rafael ...[et al.]. – **Introdução à contabilidade: noções fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.